

Sindicato dos Jornalistas
Rua Duques de Bragança 7
1200-027 Lisboa

À Direção do Sindicato dos Jornalistas

O Expresso lamenta que o Sindicato dos Jornalistas (SJ) tenha decidido colocar questões à Direção através de um comunicado sem antes tentar um contacto direto. Estranha também o critério que leva o SJ a procurar o aniversário da publicação de uma notícia para, de forma pouco precisa, tentar imputar um qualquer comportamento menos correcto ao Expresso. Basta aliás ler a notícia original para que as dúvidas do SJ fiquem esclarecidas. Contudo, pelo respeito institucional que deve pautar as relações entre o Expresso e o SJ, entendeu a Direção do Expresso responder à Direção do SJ.

A Direção do Expresso concorda com o Sindicato dos Jornalistas quando diz, no seu comunicado de hoje, que “a credibilidade do jornalismo é fundamental em democracia”. Cabe no entanto esclarecer o seguinte:

1. O Expresso publicou um artigo a 23 de abril de 2016 sobre o saco azul do GES com o título - “Avenças a políticos na lista suspeita do GES” -, em que foi escrito que havia uma lista na posse do Ministério Público sobre “alegados pagamentos da ES Enterprises”, uma companhia offshore do Grupo Espírito Santo e que “as mais de uma centena de nomes que constam nesta lista de várias páginas incluem várias pessoas influentes, incluindo autarcas, funcionários públicos, gestores, empresários e jornalistas”. O artigo dizia ainda que “os pagamentos da ES Enterprises seriam feitos para contas offshore de beneficiários e em numerário em envelopes”.
2. Aquele artigo não estava centrado em jornalistas, mas sim em políticos — e não retratava os jornalistas como uma classe — tal como não o fez com autarcas, empresários, gestores ou funcionários públicos.
3. O Expresso afirmou que a referida lista estava na posse do Ministério Público. Teve sim acesso a documentos confidenciais relacionados com a ES Enterprises, através da fuga de informação Panama Papers, partilhada pelo Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ICIJ). Entre abril de 2016 e agosto de 2018, ao longo de mais de dois anos, o Expresso foi publicando artigos de investigação com informações novas e relevantes relacionadas com essa companhia offshore registada nas Ilhas Virgens Britânicas que ficou conhecida em Portugal como ‘saco azul do GES’.

Impresa Publishing, S.A.

Ed. São Francisco de Sales
R. Calvet de Magalhães, 242
2770-022 Paço de Arcos
+351 21 454 40 00
R. Conselheiro Costa Braga, 502
4450-102 Matosinhos
PORTUGAL
+351 220 437 000

Um artigo publicado em julho de 2016 no âmbito dos Panama Papers sobre uma offshore chamada Pingsong — criada pelo saco azul — acabou inclusive por se revelar fundamental para o desfecho da Operação Marquês, com o despacho de acusação deste processo-crime a admitir que essa Pingsong serviu para fazer os alegados pagamentos corruptos do banqueiro Ricardo Salgado ao ex-primeiro-ministro José Sócrates.

4. Sempre que o Expresso reuniu condições de divulgar os nomes de pessoas que receberam dinheiro do saco azul do GES, esses nomes foram publicados. Isto é, com provas documentais sobre esses pagamentos. Isso aconteceu por exemplo entre dezembro de 2017 e de janeiro de 2018, depois de um mês de intenso trabalho em que o jornal analisou 400 páginas de extratos bancários das contas que a ES Enterprises possuía na Suíça. Isso permitiu, por exemplo, revelar: a 23 de dezembro de 2017 que o saco azul do GES pagou aos pais e irmão de Miguel Frasquilho, antigo vice-presidente do grupo parlamentar do PSD e atual chairman da TAP; a 13 de janeiro de 2018 que foram feitos pagamentos aos pais, ao marido e às filhas de Isabel Almeida, antiga diretora financeira do BES; a 20 de janeiro de 2018 que o saco azul do GES fez pagamentos diretos a 106 pessoas — e revelámos as 20 pessoas que mais receberam (incluindo Manuel Pinho, ex-ministro da Economia). Nessa data revelámos que nos extratos bancários do saco azul a que o Expresso teve acesso não foram encontrados nomes de jornalistas. Ainda no mês de janeiro de 2018 (nas edições de dias 20 e 27) o Expresso revelou que a ES Enterprises chegou a pagar 90 avenças mensais anónimas, 33 delas acima de cinco mil euros por mês — sem que os seus beneficiários estivessem identificados com um nome — e que ao longo de oito anos, entre 2006 e 2014, foram feitas transferências de mais de 200 milhões de euros para 80 companhias offshore — sendo que os verdadeiros donos de muitas delas são até hoje desconhecidos.

5. A divulgação de nomes de pessoas que poderão ter recebido pagamentos de uma estrutura como o saco azul do GES sem o cruzamento com indícios de que esses pagamentos efectivamente ocorreram vai, na opinião da Direção do Expresso, contra uma postura de rigor a que o Código de Conduta dos Jornalistas do Expresso obriga (<https://expresso.pt/informacao/codigoconduta/codigo-de-conduta-dos-jornalistas-do-expresso>).

6. Consideramos por isso que a exigência do Sindicato dos Jornalistas para que o Expresso “divulgue os nomes dos jornalistas supostamente envolvidos numa investigação judicial ao Grupo Espírito Santo” não faz sentido.

A Direção

Oeiras, 23 de abril de 2019